

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA SOB A ÓTICA DOS CONGRESSOS DE EDUCAÇÃO MUSICAL: UMA EXPLORAÇÃO NOS ANAIS DA ANPPOM

Wesley Simão Bezerra
drumswesley@hotmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa bibliográfica acerca das publicações que tratam da educação musical voltada para a inclusão disponível nos anais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) entre os anos de 2008 a 2017. Através de pesquisa exploratória, objetivou-se fazer um mapeamento acerca das produções científicas que discutem a educação musical voltada para a inclusão durante o período mencionado. A justificativa da escolha do recorte temporal como marco inicial da pesquisa levou em consideração a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, promulgada pelo MEC no ano de 2008. Ao final da pesquisa, foi possível constatar que a temática da inclusão tem despertado cada vez mais o interesse dos pesquisadores pelo assunto e que as publicações acerca da educação inclusiva têm aumentado de forma gradativa.

Palavras chave: educação musical; inclusão; Anais da ANPPOM.

Abstract: This work presents the results of a bibliographical research about the publications that deal with music education focused on inclusion available in the annals of the National Association of Research and Post-Graduation in Music (ANPPOM) between the years 2008 and 2017. Through exploratory research, the aim was to map the scientific productions that discuss the musical education focused on inclusion during the mentioned period. The justification for choosing the temporal cut as the initial framework of the research took into account the National Policy on Special Education in the perspective of Inclusive Education, promulgated by the MEC in the year 2008. At the end of the research it was possible to verify that the theme of inclusion has awakened each the interest of researchers in the subject and that publications about inclusive education have been increasing steadily.

Key words: musical education; inclusion; Annals of ANPPOM.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas voltadas às pessoas com deficiências têm se intensificado nas últimas décadas. Diversos eventos aconteceram, em várias partes do mundo, em prol da defesa de igualdade, do acesso à educação, e de outros diversos direitos que tem sido buscado por esse grupo populacional. Podemos tomar o início da década de oitenta como ponto de partida significativo desses debates, quando “A ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, pela RESOLUÇÃO 31/123, proclamou, oficialmente, o ano de 1981 como o ANO INTERNACIONAL DAS PESSOAS DEFICIENTES” (BRASIL, 1981, p. 02). A referida resolução teve como objetivo debater planos de ação que promovessem a igualdade de oportunidades, assistência adequada, reabilitação, acessibilidade, entre outros.

Nesse mesmo ano, a Declaração de Sundberg¹ (Torremolinos, Espanha) veio reforçar a proclamação supracitada, ao afirmar no art. 1º que “toda pessoa com deficiência deverá exercer seu direito fundamental de ter acesso à educação, ao treinamento, à cultura e à informação”. Já o art. 4º anuncia que os programas educacionais, culturais e econômicos, nos quais as pessoas com deficiência irão participar, devem ser concebidos e implementados dentro de uma estrutura global de educação permanente.

O Brasil não ficou indiferente a estes acontecimentos. Medidas de extrema importância foram tomadas a favor da inclusão e da igualdade de direitos e acesso à educação das pessoas com qualquer tipo de deficiência. Podemos citar a Constituição de 1988 como um marco significativo. No art. 208, parágrafo III, a Carta Magna do Brasil determina que o estado seja o responsável por assegurar o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede pública de ensino” (BRASIL, 2017, p.161).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394 de 20 de dezembro de 1996, por sua vez, também trouxe grandes avanços a respeito da educação para pessoas com deficiências. No art. 4º, parágrafo III, a Lei anuncia que deve ser dado “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996).

Concomitantemente aos eventos e legislações realizados em prol dos direitos das pessoas com deficiências, começaram a surgir bibliografias especializadas, tratando do assunto no Brasil. Autores como Mantoan (2003) e Sasaki (1997), por exemplo, são agentes notáveis a respeito da inclusão e defensores dos direitos para as pessoas com qualquer tipo de deficiências.

Mais recentemente, sobretudo a partir dos anos 2000, pesquisas a respeito da inclusão começaram a ser expostas em simpósios, congressos, seminários e encontros educacionais, entre outros eventos, tanto em nível local quanto nacional e internacional. Além disso, surgiram congressos e outros eventos diversos voltados especificamente para a temática da

¹ “a declaração de Sundberg foi o resultado de um dos mais significativos eventos internacionais na área da educação especial: A Conferência Mundial sobre as Ações e Estratégias para a Educação, Prevenção e Integração dos Impedidos, à qual compareceram 103 países, entre eles o Brasil. Teve lugar em Torremolinos, na Espanha, em 1981, eleito na ONU como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes” (CARVALHO, 1997, p. 39). Esta Declaração recebeu seu nome em memória de Nils-Ivar Sundberg, responsável pelo Programa da Unesco para Educação Especial, no período de 1968 a 1981.

inclusão e da educação inclusiva. Estes eventos tornam-se cada dia mais notáveis, por dar visibilidade às pessoas historicamente marginalizadas.

Considerando esse contexto, o presente estudo investigou a quantidade de pesquisas relacionadas à temática da educação musical e a inclusão publicada nos Anais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) entre os anos 2008 e 2017. A justificativa da escolha do recorte temporal como marco inicial da pesquisa levou em consideração a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, promulgada pelo MEC no ano de 2008.

METODOLOGIA

O trabalho ora apresentado é uma pesquisa de caráter exploratório, tendo em vista que propomos fazer um levantamento das publicações dos anais da ANPPOM que tratam da educação musical sob a ótica da inclusão. De acordo com Gil (2008, p. 27), pesquisas exploratórias “habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental [...]. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

A princípio, realizou-se uma revisão de literatura em referências bibliográficas, visando investigar as principais Leis, declarações, e portarias que defendam direitos e igualdades das pessoas com deficiências. Em um segundo momento, realizamos leituras em bibliografias que abordaram o tema da inclusão no Brasil nas últimas décadas e, por fim, procuramos entender como os congressos voltados para a educação musical, promovidos pela ANPPOM, estão abordando a temática da inclusão nas aulas de músicas no Brasil nos últimos dez anos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) foi fundada em 1988. A entidade é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que visa promover e consolidar a pesquisa e a pós-graduação em música no Brasil.

A escolha das publicações da ANPPOM para a realização da pesquisa se deu por dois motivos principais. Primeiro porque a Associação tem possibilitado a congregação de diferentes profissionais da área e, segundo, porque tem sido um veículo de grande utilidade para a divulgação e circulação de pesquisas científicas no Brasil em educação musical, seja por meio dos encontros nacionais que ocorrem anualmente, ou por seus diferentes tipos de publicações como os ANAIS e os periódicos.

De acordo com a página oficial da ANPPOM na internet (anppom.com.br), são vários os objetivos estabelecidos pela referida associação, tais como, incentivar a pesquisa e a formação de pesquisadores e de pós-graduados em música; promover eventos científicos, objetivando a divulgação e o intercâmbio de trabalhos na área; identificar e estimular temas de interesse para a pesquisa em música no país; contribuir para a manutenção e desenvolvimento da música, em âmbito acadêmico, enquanto área de pesquisa e criação científica e artística.

Dentre os eventos realizados pela Associação, merecem destaque os Congressos ocorridos desde o ano de 2003. Estes eventos objetivam fomentar a integração e a pesquisa nas mais diversas áreas da música, como a performance, a etnomusicologia e a educação musical, entre outros. Além disso, a entidade tornou-se um canal pelo qual os pesquisadores têm a oportunidade de publicar o resultado de suas investigações através dos Anais de congressos realizados anualmente.

Tendo em vista que as investigações no campo da educação musical têm se intensificado cada vez mais, nosso objetivo com este trabalho foi analisar as pesquisas que tenham tratado do tema da inclusão no ensino de música, publicadas nos Anais da ANPPOM, entre os anos de 2008 a 2017. Esperamos, assim, traçar um mapeamento das pesquisas efetuadas nessa linha, apontado a quantidade de trabalhos realizados, bem como os principais enfoques que foram dados à referida temática. Desse modo, acreditamos, é possível ter certa dimensão do estágio atual das pesquisas que enfocam a inclusão na educação musical e, concomitantemente, estimular novos trabalhos sobre este assunto.

Quantidade de publicações tratando do tema inclusão nos anais da ANPPOM

Por meio da averiguação realizada nos anais da ANPPOM, foram encontrados 30 (trinta) artigos que tratam do tema da inclusão na área de educação musical², o que, em tese, resultaria em uma média de três trabalhos por ano. Contudo, logo de início, constatou-se que a quantidade de publicações abordando tal assunto varia muito de um ano para o outro. É notório, por exemplo, que, enquanto no ano de 2009 foram lançados um total de três artigos sobre inclusão, no ano anterior e no posterior, isto é, 2008 e 2010, não foram inseridos qualquer trabalho sobre o mesmo assunto no periódico pesquisado.

² Considerando o volume de artigos publicados nos anais da ANPPOM durante o período de tempo investigado, na etapa de seleção dos trabalhos, somente as informações pré-textuais, ou seja, título, resumo e palavras-chave, foram examinados a fim de determinar quais artigos tratavam da temática da inclusão na educação musical e, consequentemente, deveriam ser contabilizados na presente pesquisa.

Por outro lado, é necessário destacar que, nos últimos anos, o número de trabalhos sobre inclusão publicados nos anais da ANPPOM tem aumentado significativamente. Se dividirmos o gráfico a seguir em duas partes iguais, podemos constatar que, na primeira metade (2008 a 2012), foram publicados apenas 8 (oito) artigos. Já na segunda metade, período que compreende os anos de 2013 a 2017, o número de publicações aumentou substancialmente, totalizando 22 (vinte e dois) trabalhos publicados, conforme apontado no gráfico a seguir.

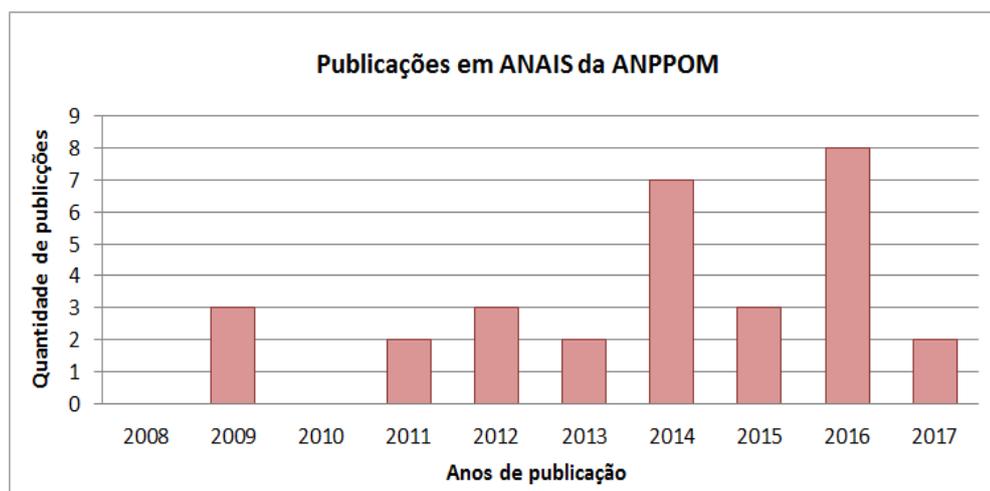


GRÁFICO 01: publicações relacionadas à educação musical e inclusão nos Anais da ANPPOM entre os anos 2008-2017.

A partir dos dados apresentados através do gráfico, constata-se que a temática da inclusão ligada à educação musical, vem recebendo cada vez mais atenção por parte dos pesquisadores, com destaque para os anos de 2014 e 2016, nos quais foram publicados 7 (sete) e 8 (oito) artigos respectivamente. Destacamos ainda que somente as publicações deste último ano se equipararam à quantidade publicada nos primeiros cinco anos do recorte escolhido, ou seja, de 2008 a 2012.

Acreditamos que este aumento ocorreu pelo fato de haver um número crescente de pessoas presentes no meio educacional atuando tanto como educadores musicais quanto como pesquisadores na área da música³, seja nas escolas especializadas no ensino da música, bem

³ Para Del Ben (2010, p. 26), “esse crescimento está diretamente relacionado à expansão e consolidação da pós-graduação no país, já que, no Brasil, a pesquisa em educação musical – e, de modo mais amplo, em música – tem sido feita, prioritariamente, no âmbito da pós-graduação, e, diversas áreas do conhecimento, mas, especialmente, nos programas de pós-graduação em música”. No entanto, para se fazer pesquisas sobre inclusão e educação musical, entendemos que não necessariamente o pesquisador precisa ser da área em questão. Diversas outras áreas como a da saúde, da psicologia, da pedagogia etc., são passíveis de pesquisas relacionadas à temática da inclusão. Além disso, a disciplina Educação Inclusiva passou a ser componente obrigatório nos cursos de licenciaturas. Tal fato certamente favorece discussões na sala de aula, o que pode fomentar o interesse de professores e alunos por pesquisas sobre a temática da inclusão.

como em escolas de educação básica ou instituições de ensino superior, espaços nos quais, cada vez mais, os debates sobre inclusão têm se tornado frequentes.

Quantidade de publicações por temas específicos

Sabemos que a temática da inclusão é um assunto abrangente e que não envolve apenas questões relacionadas à saúde. Inclusão pode se referir também a pessoas com deficiências físicas, como o cadeirante, o amputado, etc, ou a questões intelectuais, como o autismo e a síndrome de Down. Pode também fazer referências às questões sociais como a negritude, a comunidade LGBT, o imigrante, o nanismo, entre outros, visando discutir a igualdade de direitos e a importância de valorizarmos e respeitarmos as diferenças em suas diversas categorias. Nesse sentido, a inclusão se perpetua

como um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela falta de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiências ou preconceitos raciais, [...] oferecendo aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos independente de sua condição (ROCHA, 2014, p. 20).

As pesquisas relacionadas à inclusão, publicadas nos anais da ANPPOM, no período de 2008 a 2017, contemplaram 6 (seis) diferentes assuntos: deficiência visual, deficiência auditiva, autismo, síndrome de Down, deficiências múltiplas e a introdução da temática da inclusão na formação de professores de música. Apesar dessa aparente diversidade encontrada nos conteúdos, constatou-se uma grande predominância das publicações envolvendo a área da saúde. Isto é, apenas uma, das 6 (seis) modalidades analisadas, não contemplou assuntos da área médica.

Nesta modalidade, foi possível verificar que a temática não se restringiu a uma questão específica, ao contrário, o assunto foi contemplado de forma ampla, promovendo debates e reflexões acerca da inclusão, bem como apresentou trabalhos em formato de relatos de experiências de estágios de professores em formação. Além disso, revelou pesquisas de educadores realizadas em instituições de educação básica, bem como em espaços com atendimento especializado para pessoas com deficiências diversas.

De todos os trabalhos encontrados nos ANAIS, a especificidade que obteve maior número de publicações foi a deficiência visual. Das 30 (trinta) publicações que tratam do tema da inclusão, 13 (treze) trabalhos abordaram este tipo de deficiência revelando, assim, a primazia dos pesquisadores pelo assunto. Em seguida aparecem os trabalhos que abordaram o tema da inclusão nos cursos de formação de

professores totalizando 7 (sete) publicações. Na sequência, encontra-se a quantidade de trabalhos acerca do autismo com 6 (seis) pesquisas publicadas.

Surpreendentemente, encontramos apenas 2 (dois) trabalhos que abordaram a deficiência auditiva, 1 (um) trabalho acerca da síndrome de Down, assim como também apenas 1 (um) trabalho referente a deficiências múltiplas como apontado no gráfico a seguir.

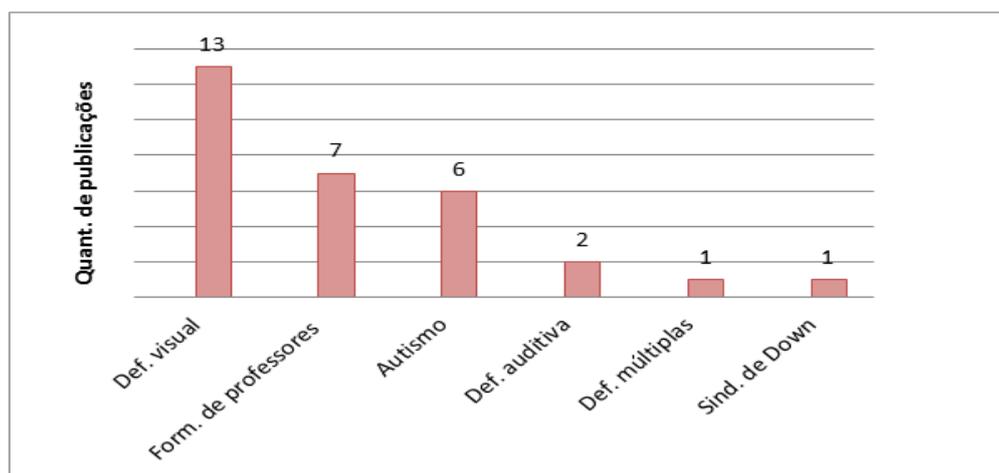


GRÁFICO 02: quantidade de publicações por temática dentro do contexto da inclusão nos ANAIS da ANPPOM entre os anos 2008-2017.

Dado o exposto, conclui-se que a temática da inclusão se constitui como pauta relevante e atual e que está sendo discutida e investigada pela sociedade nos diversos espaços sociais. A quantidade de pesquisas publicadas acerca do assunto também se encontra em ascensão. Contudo, os trabalhos publicados estão predominantemente ligados a áreas da saúde, o que aponta para a necessidade de mais investigações em outras categorias como as de caráter social, racial, religioso, entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento nos Anais da ANPPOM permitiu constatar um crescente aumento de trabalhos que abordam o tema da educação musical inclusiva nos últimos anos. Acreditamos que este fator se deve a aprovações de Leis, Portarias e Decretos, bem como publicações de pesquisas em livros e periódicos, além de realizações de eventos diversos, tais como congressos, encontros palestras, etc., voltados a debater os direitos das pessoas com deficiências e da inclusão em geral.

Mesmo conscientes de que ainda precisamos avançar muito no que diz respeito às pessoas com deficiências, seja no combate ao preconceito, na quebra das barreiras atitudinais, na atualização das nomenclaturas, entre outros fatores, é notório que nas últimas décadas essas pessoas conquistaram direitos inéditos até então.

A expansão acerca das produções e dos debates voltados à temática da inclusão aponta para um maior interesse da sociedade sobre o assunto, algo que certamente contribuirá para que as pessoas com qualquer tipo de deficiências possam, cada dia mais, adquirirem igualdade de oportunidades, assistência adequada, reabilitação, acessibilidade, direitos a educação, a saúde, ao lazer, entre outros. Tais fatores contribuirão para uma sociedade mais igualitária, menos racista menos homofóbica, menos preconceituosa, e consciente da importância de reconhecermos e valorizarmos nossas diferenças.

REFERÊNCIAS:

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música - ANPPOM. Disponível em <<http://www.anppom.com.br/>>. Acesso em 15 Dez. 2017.

BRASIL. Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes – relatório de atividades, 1981. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002911.pdf>>. Acesso em 27 nov. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017. 518 p.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/152182.pdf>>. Acesso em 27 nov. 2017.

CARVALHO, Rosita E. A nova LDB e a educação especial. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

DEL-BEN, Luciana. (Para) pensar a pesquisa em educação musical. Revista da ABEM, Porto Alegre, v. 24, 25-33, set. 2010.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

ROCHA, Cintia Mara Bastiani. Educação inclusiva: uma questão de responsabilidade social. In: **Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais, PR. Revista Eletrônica, v. 8, n. 2, p. 17-28, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://app.fiepr.org.br/revistacientifica/index.php/conhecimentointerativo/article/view/196/156>>. Acesso em 04 fev. 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO. Declaração de Sundberg, 1981. Disponível em <<http://www.faders.rs.gov.br/legislacao/6/35>>. Acesso em 27 nov. 2017.